

## O trabalho por conta própria das sacoleiras do polo atacadista de confecções de Maringá

### The self-employed work of the bag carriers in Maringá's wholesale clothing center

DOI: 10.46814/lajdv4n2-014

Recebimento dos originais: 04/02/2022

Aceitação para publicação: 01/03/2022

#### Flavio Lima

Geógrafo e pesquisador em nível de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia

Instituição: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Endereço: Rua Carlos Gomes, 250 – Cidade Universitária, Campinas – SP, Brasil

E-mail: flaviorilima@gmail.com

#### Sueli de Castro Gomes

Professora Doutora do Departamento de Geografia

Instituição: Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Endereço: Av. Colombo, 5790 – Zona 07, Maringá – PR, Brasil

E-mail: scgomes@uem.br

#### RESUMO

Desenvolver atividades laborais por conta própria e – por tanto por fora dos contornos jurídicos normativos do Direito do Trabalho – constituiu-se, historicamente, como um traço predominante na reprodução da classe-que-vive-do-trabalho brasileira. Essa situação tem-se tornando ainda mais marcante na condição presente e vem incidindo sobre as relações no mundo do trabalho. Este artigo parte dessa preocupação para apresentar, a partir de um estudo qualitativo, um dos diversos modos de trabalhar por conta própria no Brasil, que é o trabalho das sacoleiras que compram mercadorias no polo atacadistas de confecções de Maringá para revende-las.

**Palavras-chave:** sacoleiras, trabalho por conta própria, polo atacadista.

#### ABSTRACT

Developing self-employed labor activities - and therefore outside the legal boundaries of Labor Law - has historically been a predominant feature in the reproduction of the Brazilian working-living class. This situation has become even more marked in the present condition and has been affecting relations in the world of work. This article is based on this concern and presents, from a qualitative study, one of the many ways of being self-employed in Brazil, that is, the work of the sacoleiras (bag carriers) who buy goods in the wholesale clothing center of Maringá to resell them.

**Keywords:** bag carriers, self-employment, wholesale center.

## 1 INTRODUÇÃO

O modo capitalista de produção vem apresentando na atualidade, intensos processos de intensificação e de corrosão do trabalho juridicamente regulamentado. Isto porque o trabalho é um dos meios de extração de mais valia e serve como motor na manutenção de acumulação de riqueza. Deste modo, têm-se estampado na sociedade brasileira diversas formas destrutivas de realização das atividades laborais, levando tanto o Estado, quanto as trabalhadoras<sup>1</sup> a se adaptarem às novas fases de acumulação, e assim corroborarem com a acumulação de capital. Esta lógica, desigual e contraditória, conforma a vida cotidiana da *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>2</sup> levando-os a viver subjugados às amarras do capital.

Este artigo discute um dos modos de vender a força de trabalho no mundo contemporâneo, que é a via do trabalho por conta própria (Prandi, 1978) desempenhado por milhares de trabalhadoras que compram e revendem mercadorias como modo de obtenção de renda. Faz-se isso a partir de uma estudo empírico concreto que expõe as condições de trabalho e de vida das sacoleiras que buscam suas mercadorias no polo atacadista de confecções de Maringá. Elas circulam por longas extensões territoriais do Brasil, para comprarem mercadorias e revenderem em suas cidades.

O estudo qualitativo foi realizado entre os anos de 2012 e 2013, quando foram realizadas 30 entrevistas com sacoleiras, com idades entre 19 e 78 anos, no polo atacadista situado na cidade de Maringá, noroeste do estado do Paraná. As entrevistas seguiram um roteiro de perguntas semiestruturadas que foram gravadas e analisadas nos anos seguintes. Os dados secundários se referem um levantamento documental, realizada entre os anos de referência, a partir de agências e instituições governamentais e privadas (entre elas, as associações e os shoppings atacadistas) e referenciais teóricos.

## 2 O POLO ATACADISTA DE CONFECÇÕES DE MARINGÁ: APRESENTAÇÃO

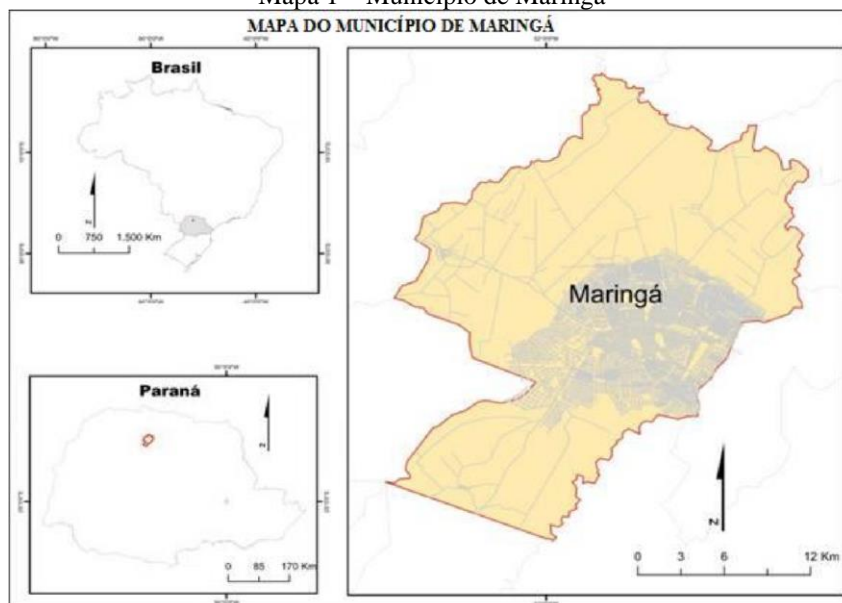
O polo atacadista de confecções da Região Metropolitana de Maringá (RMM, doravante) (mapa 1) congrega uma grande cadeia de produção, que envolve a plantação de algodão, a fiação, a malharia, a costura, o transporte, a confecção e a distribuição. Neste escrito, tentaremos nos ater à fase da distribuição, realizada nos *shoppings* atacadistas de confecções da RMM, a fim de conter nosso objetivo inicial.

---

<sup>1</sup> Optou-se pelo uso do gênero feminino das palavras trabalhadoras e sacoleiras pois cerca de 99% das trabalhadoras que revendem mercadorias do polo atacadista de confecções de Maringá são mulheres.

<sup>2</sup> Expressão cunhada por Ricardo Antunes para conferir validade contemporânea ao conceito de classe trabalhadora em Marx. Para mais informações, direcionar-se ao capítulo VI de *Os sentidos do trabalho* (1999).

Mapa 1 – Município de Maringá



Fonte: Observatório das Metrôpoles. Organização: Lima e Castro (2013).

Situados no noroeste paranaense, os *shoppings* atacadistas de confecções e a cadeia de produção têxtil, desenvolveram-se a partir dos interesses dos detentores de meios de produção do setor têxtil e de agronegócio – acoplada com o Estado –, os quais passaram a adequar suas ações, de modo a propiciar a reprodução de seus investimentos, como se sucedeu na construção destas estruturas comerciais.

O polo tem sua história marcada pela construção do primeiro *shopping*, o *Shopping Mercosul*, no ano de 1990 no interior do Parque de Exposições de Maringá, por uma iniciativa de um grupo de 46 empresários confeccionistas que visualizaram a possibilidade de concentrarem suas lojas num mesmo espaço para comercializarem seus produtos para sacoleiras de todo o Brasil. Em 2013, o conjunto de *shoppings* estava composto por 6 estruturas comerciais, e congregava cerca de 2500 lojas de diversos ramos da confecção.

Ao resgatar a discussão sobre o polo atacadista de confecções de Maringá e sobre toda a cadeia têxtil de produção, constatou-se que historicamente os mesmos contribuíram para o desenvolvimento econômico regional, estadual e nacional, dando continuidade a uma cadeia de produção que teve início há dois séculos no Brasil (Ghizzo & Asalin, 2012)

As primeiras instalações de indústrias deram-se em meados do século XIX, visando o mercado consumidor mundial em expansão e o elevado crescimento populacional do país. Como argumentou Suzigan (2000, p. 75-6) o desenvolvimento industrial brasileiro em meados do século XIX “pode ser explicado como um resultado do crescimento da produção industrial induzido pela expansão do setor exportador. Já no século XX, a expansão da produção têxtil esteve vinculada também às políticas

promulgadas pelo Estado, que incentivaram o incremento e a expansão ao longo do território nacional (Lima, 2018).

Na década de 1950, fase da modernização conservadora brasileira, o governo de Getúlio Vargas obteve avanço no desenvolvimento econômico do país, com a integração da indústria pesada de bens de capital, tais como petróleo, eletricidade e siderurgia, tornando-se dominante a partir de 1970, década em que o setor têxtil começou a se beneficiar, sobretudo com financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES, doravante) e do Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME, doravante).

O início da modernização industrial subsidiou a compra de máquinas e equipamentos para os diversos setores da indústria nacional. Mas somente na década de 1990, os investimentos chegaram a um patamar elevado. Conforme afirmam Jinkings & Amorim (2015, p. 339), as indústrias têxteis nacionais abriram 40 mil novas vagas de emprego e cresceram 5% em relação ao ano de 1998. Simulações do BNDES confirmam estas afirmações, ao exporem que parte dos investimentos realizados entre 1990 e 2000 se concentraram no setor têxtil.

O relatório da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (ABIT, doravante), demonstram que em 2015 o setor têxtil exportou US\$5,85 bilhões, contra US\$1,08 bilhão de importação em fibra de algodão, produzindo cerca de 5,5 bilhões de peças (1,9 milhão de toneladas), o que gerou 1,5 milhões de empregos diretos (juridicamente regulamentados) e 8 milhões de empregos indiretos (informais/ilegais), dos quais 75% são de mão de obra feminina, levando o país a atingir US\$36,2 bilhões e a atingir a posição de 5º maior produtor têxtil do mundo (ABIT, 2017).

A pesquisa de Pintaudi confirma que os *shoppings* são grandes equipamentos de consumo, que reúnem prédios contíguos, das mais variadas lojas e concentram atividades comerciais de prestação de serviços, atraindo um grande número de consumidores (1992, p. 26). Por isso mesmo, estas estruturas contribuem de forma significativa no desenvolvimento econômico e na geração de emprego, estes que se realizem em modos exploratórios e precários. Seguindo os escritos de Ghizzo & Asalin (2012), podemos afirmar que os *shoppings* atacadistas se configuram como estruturas estratégicas dos capitalistas e assumem espacialidade central na acumulação de capital através do trabalho desempenhado ao longo de toda cadeia têxtil de produção de mercadorias (Ghizzo & Asalin, 2012, p. 63).

Este quadro de geração de capital e de empregos que acima indicamos, é suficiente para ilustrar a centralidade que os *shoppings* assumiram, desde a primeira instalação até a composição atual. São estas estruturas comerciais que mobilizam uma leva significativa de trabalhadoras de todas as regiões do Brasil a se deslocarem, em modos precários até a referida RMM para desempenharem seu trabalho

que consiste na distribuição das mercadorias por meio do trabalho por conta própria – também conhecido como comércio ambulante. É sobre essas experiências que discutiremos na seguinte seção.

### 3 O TRABALHO DAS SACOLEIRAS: UMA DISCUSSÃO CRÍTICA

Apresentamos atrás, ainda que brevemente, a constituição e o atual contexto do polo atacadista de confecções têxteis do Noroeste do Paraná. Nesta seção, buscaremos apresentar de modo situado e parcial, a realidade de uma das atividades desenvolvidas pelas sacoleiras que buscam suas mercadorias no polo atacadista de confecções de Maringá. Verificamos, pois, dentre este grande contingente de trabalhadoras informais, a experiência das sacoleiras descrita nas próximas entrelinhas.

A palavra sacoleira<sup>3</sup> está registrada no dicionário *Michaelis* do seguinte modo: aquela que compra artigos por atacado, geralmente roupas, brinquedos, bijuterias e produtos eletrônicos, para revende-los ao público, de porta em porta, nos estabelecimentos ou em barraquinhas nas ruas. A atividade laboral realizada pelas sacoleiras é a venda de confecções, realizada em múltiplos espaços nos diferentes municípios da Federação Brasileira.

Esta categoria, reúne grande diversidade de trabalhadoras para as quais o desempenho de tarefas – sobretudo no âmbito da divisão social do trabalho - depende quase que exclusivamente do dispêndio da força de trabalho, necessitando de baixa ou quase nula capitalização, não possuindo vínculo estabelecido por contrato de trabalho.

Esta modalidade de realização das atividades laborais, como diversas outras, vêm ampliando “a aparência das formas geradoras do valor, ainda que sob a aparência do não valor” (Antunes, 2011, p. 408), utilizando de novos mecanismos para a intensificação do uso da força de trabalho, através do dispêndio que realizam ao se mobilizarem até o polo em prol do comércio ambulante.

Conforme constatamos em nossa pesquisa, é para o noroeste do estado do Paraná que se deslocam cerca de 80 mil trabalhadoras, empregando a força de trabalho a fim de obterem renda para a manutenção individual e familiar. As mercadorias são transportadas em suas mãos, através de sacos plásticos ou bolsas, ou ainda nos carrinhos de transportes. Todo esse traslado, é compreendido por Gaudemar (1977) como uma das formas de mobilidade do trabalho sob o modo capitalista de produção. Isso porque essas trabalhadoras se deslocam, cumprem sua função através da venda de sua força de trabalho que serve como manutenção (re-produção) uma vez que realizam suas compras e por conseguinte a revenda ao retornarem para suas casas. Tudo isso, num curto período de tempo. A realização dessas atividades ocorre de modo precário, já que não há delimitação espacial/temporal, isto

---

<sup>3</sup> Ainda que a palavra esteja registrada no masculino no dicionário, utilizaremos ela no feminino, dado o direcionamento de nossa pesquisa.

é, elas se dispõem a trabalhar em espaços públicos e/ou em espaços domiciliares, estendendo os limites diários de trabalho para além das 10 horas previstas na CLT.

As sacoleiras recebem dos agentes de compras (conhecidos como guias) uma passagem de ida e de volta. Ao chegarem no polo, dão início às compras, primeiramente se dirigindo para aquelas lojas nas quais já possuem vínculo cadastral ou afetivo com algum funcionário, e em seguida vão caminhar pelos corredores seguintes, para então efetuarem a busca de suas mercadorias.

Ao meio dia, elas recebem das administrações dos *shoppings* um vale refeição para se alimentar. Os vales alimentações são oferecidos como atrativo de permanência no *shopping* que o ofertou, pois elas podem se deslocar de um *shopping* a outro com muita facilidade. Ao final da tarde elas tomam seu banho nos banheiros inseridos junto às estruturas dos *shoppings*, e logo, iniciam a viagem de volta para casa. Retornam com o pensamento de efetivar a venda das compras que tem realizado, pois necessitam pagar as mercadorias adquiridas.

O pagamento das compras pode ser realizado com dinheiro, cartão e/ou cheque. A grande maioria das sacoleiras se utilizam do pagamento com cheque, pois segundo elas, os prazos são mais flexíveis podendo variar de 30 até 180 dias, de acordo com o valor da compra. Observa-se que a preferência por cheque se deve ao fato de poderem solicitar extensões de prazos caso não consigam dinheiro para quitá-lo. Observa-se também que elas se utilizam dos cheques e/ou cartões de crédito como meio de pagamento pois na maioria das vezes não possuem capital para dar início às compras das mercadorias que serão revendidas.

Tratando-se de uma atividade laboral como qualquer outra mediada pelo corpo, a realizada pelas sacoleiras, é desenvolvida sem o pagamento de contribuições fiscais e/ou sindicais<sup>4</sup>. Como já visto, os processos que esculpem as metamorfoses do mundo do trabalho reconfiguraram, de modos diferentes, as relações de inserção do trabalho no modo de produção. O caso das sacoleiras é exemplar dessa reconfiguração. Elas se deslocam de suas cidades até o polo atacadista de confecções, compram as mercadorias e retornam para seus domicílios para efetivarem suas (re)vendas. Por não possuírem vínculos jurídicos formalizados com as empresas, elas não possuem acesso aos direitos trabalhistas previstos na CLT<sup>5</sup>.

Exatamente por comprarem no polo atacadista as mercadorias produzidas na cadeia têxtil do Noroeste do estado do Paraná, fazem parte do conjunto de trabalhadoras que laboram por conta própria, através do comércio ambulante. Neste interim, as sacoleiras evidenciam, como nos lembram Alves e Tavares (2006), os vínculos existentes entre essas trabalhadoras e a acumulação de capital. Isso pode

<sup>4</sup> Durante o trabalho de campo realizado no polo com centenas de trabalhadoras, encontramos apenas duas que contribuem com a previdência.

<sup>5</sup> Como já dito, estamos nos debruçando sobre a CLT antes das alterações que ela vem sofrendo nos últimos meses.

ser evidenciado, por exemplo, quando analisamos a relação da remuneração por peça vendida, de modo que para que seja realizada as vendas, as trabalhadoras necessitam, fundamentalmente de resultados práticos de seu trabalho.

Partindo do entendimento de verticalizar nossa pesquisa empírica, selecionamos alguns das entrevistas feitas com as sacoleiras para aprofundar nossas reflexões e assim explorar a dinâmica de seus trabalhos. Para este texto, transcreveremos uma das experiências que nos foram narradas como poderá ser visto nas linhas sucessivas.

Quando chegam em suas cidades, juntam as mercadorias que compraram em prestações, utilizando cheque ou cartões de crédito, e perambulam pelas ruas, pelos estabelecimentos comerciais, clínicas, escolas ou até mesmo disponibilizam seus domicílios como um espaço em que a venda pode ser mediada. O Relato de uma sacoleira expõe a rotina fatigante dessas trabalhadoras:

Eu levanto cedo, deixo um filho na escolha, outro na minha mãe, e parto vender. Vou nas creches, nos consultórios, na rua, onde der tô vendendo. [...] a noite eu atendo também, tem dia que vai até meia noite as mulheres provando roupa em casa. [...] o importante é vender né, tem conta para pagar. Eu só paro quando chega a hora de ir buscar mais (Sacoleira, 2016).

Em poucas palavras, esta trabalhadora nos resume sua rotina, que é a mesma de centenas de sacoleiras que revendem mercadorias do polo atacadista de confecções de Maringá. Em grande maioria dos casos, as outras trabalhadoras são responsáveis pelas tarefas domiciliares e pelas rotinas maternas.

Retomemos aqui o pensamento de Coutinho, que interpreta esta realidade das trabalhadoras ao expor que “todo dia é dia de trabalho: não mais pensar em dias úteis e no domingo como dia destinado ao descanso a final, em prol do aumento do consumo, toda hora é propícia às operações econômicas” (Coutinho, 2000, p. 173).

Olhar para essa realidade precária por meio das quais as sacoleiras realizam suas atividades laborais, nos remete uma passagem de Gaudemar, que assevera entre outras coisas, que sob o modo capitalista de produção a mobilidade do trabalho significa controle social, submissão e também remete à exploração da força de trabalho (1977, p. 241). Ela é, portanto, compreendida como um fenômeno que promove o deslocamento espacial de trabalhadoras com o objetivo do capital explorar seu trabalho, impondo novos ritmos e dinâmicas em seus cotidianos, fazendo com que a classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 1999) acompanhe o capital para onde quer que ele se flua (Harvey, 2013).

Nossa experiência empírica nos leva a crer, ainda que as sacoleiras não tenham este entendimento, de que ao comprarem as mercadorias no polo atacadista com finalidade de revenda, elas estão contribuindo triplamente para a reprodução do estranhamento. Contribuem, num primeiro momento, para a reprodução do capital, já que as mercadorias confeccionadas no polo são produzidas ao longo de toda a cadeia por detentores dos meios de produção de capital nacional e internacional.

Num segundo momento, contribuem com a exploração dos trabalhadores que desenvolvem as atividades laborais ao longo das cadeias. Notamos em campo que a inserção precária e exploratória é característica de todas as atividades laborais que compõem a cadeia de produção têxtil em evidência. Grande maioria dos trabalhadores nela envolvidos, são terceirizados e recebem, em função disso, rendas extremamente baixas para o dispêndio da força de trabalho a qual se submetem, caracterizando a precarização das relações de trabalho de trabalhadores, que como as sacoleiras, não acessam os direitos trabalhistas básicos reconhecidos por um contrato de trabalho.

Em terceiro, contribuem para a reprodução do espaço, sendo que o polo se realiza como condição geral da produção, integrando os processos produtivos, os serviços, o consumo e reunindo o produto final, as mercadorias, que nada mais são, que força de trabalho materializada. Pensando na totalidade dos trabalhadores informais tradicionais inseridos na divisão social do trabalho no modo capitalista de produção, Ricardo Antunes assevera:

Contribuem para que se efetive a circulação e consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio doença, licença maternidade (2011, p. 408).

Concordamos com as declarações de Antunes, embora as sacoleiras não compreendam essa falta de respaldos trabalhistas e os riscos que a execução de atividades tais quais elas desenvolvem permeiem os caminhos da exploração. Soma-se ainda o fato de que, ao realizar essas atividades laborais que não possuem horários fixos, as jornadas de trabalho são longas e excessivas tal como foi observado.

Apuramos em nossa pesquisa que cada sacoleira possui um modo peculiar de conceber a atividade laboral que realiza, o mesmo também foi verificado na pesquisa de Araújo (2015), a qual copulamos a este escrito. A atividade por elas exercidas são concebidas desde um ponto de vista positivo: elas se percebem enquanto comerciantes, independentes e autônomas, mas não enquanto trabalhadoras. Para melhor dimensionar como pensam as trabalhadoras, apresentaremos mais um dos relatos coletados em campo. O que se segue é uma cópia fiel da fala de outra sacoleira da região de Rondonópolis, Mato Grosso:

Eu escolhi trabalhar por conta sabe, é bem melhor, a gente não tem que cumprir horário, essas coisas. Isso é ótimo, porque a gente pode arrumar a casa, deixar a comidinha pronta pro marido, cuidar das crianças e trabalhar ao mesmo tempo, aí, quando termino, arrumo minhas coisas e pego o rumo (Sacoleira, 2014).

Como se pode observar nos relatos desta sacoleira e de outras entrevistadas, acresce ao trabalho por conta própria, atividades cotidianas ligadas a manutenção do domicílio. Embora não seja objetivo



deste artigo descrever sobre a divisão sexual do trabalho, não podemos deixar de precisar que esta divisão é um fator primordial para a sobrevivência histórica das relações entre o sexo masculino e feminino (Hirata, 2005) e que, coadunam com a manutenção da dupla jornada de trabalho feminino relatado por nossas entrevistadas.

Perguntamos à uma sacoleira se estas tarefas não a sobrecarregam. “É uma correria, o dia passa voando, não sobra tempo pra descansar. Mas o melhor de tudo é que num tem ninguém pra mandar na gente [...] a gente é livre, isso não tem preço fio”. Em diversos momentos da entrevista, a sacoleira mencionou e reforçou a sensação de liberdade que ela mesma sente. Tal relato – recorrente entre as sacoleiras entrevistadas – delinea uma realidade de trabalho vivenciada por mulheres que reconhecem seu trabalho, como: cansativo, corrido, trabalhoso e sofrido, porém “livre”.

Pensando aqui na construção da subjetividade destas trabalhadoras como fez Alves (2013), chegamos a um questionamento central, teria o capital (forma de riqueza social e de abstração) imposto suas exigências a estas sacoleiras, implicando de modo incisivo sobre as relações trabalho por elas desenvolvidas? De encontro as análises feitas por Harvey (2014) e, numa outra chave, também por Coutinho (1999), podemos indicar aqui, um conjunto de argumentos relacionados ao que se entende em âmbito geral por liberdade. Socializados no modo capitalista, os trabalhadores acreditam estar dotados de uma capacidade de liberdade de pensamento, independente dos muros e das barreiras que nos rodeiam.

As indicações de Antunes (1999), quando se baseia nas pistas dadas por Marx (2017[1975]) sobre este contexto nos ajudam a desmistificar a ideologia existente por trás dessa sensação de liberdade. Para o autor, o modo capitalista tende a em encurtar sempre que possível os trabalhos juridicamente regulamentados, de modo a deteriora-los, dado a impossibilidade estrutural do capital em empregar o conjunto de despossuídos que personificam a classe-que-vive-do-trabalho. Assim, hipertrofia-se no ideário desta classe, o entendimento de que ‘ser dono de si mesmo’, ‘não obedecer regras’ ou mesmo ‘fazer o próprio horário’, sejam fatores positivos para a reprodução.

Ao expor de modo crítico as peripécias existentes nesse tipo de analogia ao trabalho, o Harvey expõe: “para haver reprodução de capital, a liberdade e a dominação têm de caminhar juntas, tem de situarem-se “nos extremos de uma contradição que adota muitas formas sutis e matizadas por não dizer disfarçadas” (Harvey, 2017, p. 201). Nas palavras de Coutinho (1999), os trabalhadores são livres num duplo sentido: são livres para negociarem no mercado, a sua força de trabalho em troca de remuneração; são livres na organização dos meios de produção.

Parece-nos fatídico que a realidade de trabalho a qual desenvolvem suas atividades dissociou-se completamente do domínio direto de quem tem o controle das forças produtivas. Isso pode ser percebido no relato da última sacoleira, quando indica que ainda que ela não tenha tempo para

descanso, ou mesmo estando acobertada de tarefas *intra* e *extra* domiciliares, ela acredita se sentir livre. Ou seja, nos parece que a liberdade a qual ela se refere é um tanto ameaçadora, ou dizendo de outro modo, é uma liberdade associada ao acesso de privilégios (Polanyi, 1989). Trata-se, portanto, de uma concepção que, no limite, obscurece a exploração da mais-valia e a contradição entre trabalho e capital (Harvey, 2017).

Essa questão remete a unidade contraditória existente entre liberdade e dominação. Ao buscar interpretar esta unidade contraditória, Harvey (2014) admite que não existe nenhuma liberdade que não esteja atrelada ao sentido obscuro das artes da submissão. Com efeito, essa unidade contraditória adota muitas formas sutis e disfarçadas para mascarar a realidade que se impõe. Percebamos por seu turno que por um lado a liberdade mascara a realidade social, contribui por outro, com a reprodução do modo capitalista. Por isso mesmo, o capital necessita destas ficções que afrontam o que ocorre de fato no plano do cotidiano dos trabalhadores, sobretudo em sua subjetividade, para que ocorra a diminuição das barreiras da exploração.

São expressões como estas da reorganização do capital que narramos na primeira seção, que favorecem uma minoria privilegiada e mantêm o estranhamento da grande maioria dos despossuídos. Essas expressões são manifestadas contraditoriamente através do uso da força de trabalho, a imposição do poder, da sublimação, e tornam a classe-que-vive-do-trabalho alienada, escravizada e explorada.

Na interpretação que estamos a oferecer, esse estranhamento é expresso através da sensação de liberdade relatada pelas sacoleiras. Ele impele em seus cotidianos, movimentos corriqueiros, que perpassam limites municipais, estaduais e até regionais, em busca de mercadorias que possam lhes servir de renda através da comercialização.

Por todo o exposto, podemos afirmar que as sacoleiras contribuem, de modo metamorfoseado, com a propensão dos mecanismos ilegais da compra e venda da força de trabalho, mesmo que essa ocorra indiretamente. Deste modo, as sacoleiras promovem o fim principal do capital, que nada mais é que a busca constante de reduzir custos e acumular mais riqueza (Harvey, 2014).

Finalmente, indicamos que é exatamente nesse modo de submissão que se situa o paradoxo, já que a liberdade que conhecemos associa-se ao privilégio e camufla as formas de escravaturas (Harvey, 2014, p. 203). Mais que isso, camufla as relações de trabalho mediadas pela venda da força de trabalho direta/indireta. Como afirmamos anteriormente, este modelo “livre” de inserção das trabalhadoras por conta própria, possibilitam a extração de mais valia, proliferando precariedade de modo a ilegalidade.

Enfim, fica evidente, ao nosso ponto de vista, que a realização destas atividades laborais em vias exploratórias, é uma condição de existência do homem, da vida humana (Marx, 2013, p. 50), por isso mesmo, inerente as formas de exploração e precarização do modo de produção vigente. É deste

modo que o capital, mesmo que a custa da destruição da vida de milhares de sujeitos, segue dilacerando, desde seus primórdios, um de seus alicerces fundamentais, a classe-que-vive-do-trabalho.

#### 4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conhecer a perspectiva laboral das trabalhadoras que apresentamos ao longo do texto, contribuiu para fortalecer o debate em torno desta temática que, no momento em que escrevemos, essas linhas se encontram em escassaz. Percebeu-se, na realidade específica que compartilhamos nesta reflexão, *a do trabalho das sacoleiras do polo atacadista de confecções de Maringá*, são traços marcantes de estranhamento, por nós identificados através do contraditório discurso de “liberdade”. Na base dessas formas de mascaramento, encontra-se um modelo de produção completamente desigual, que busca incessantemente novos modos de extrair mais valia, seja através da exploração da força de trabalho e da precarização das formas de desenvolvimento das atividades laborais, seja pelos modos que se trabalham a subjetividade dos trabalhadores na atualidade.

Procuramos demonstrar que a curto prazo, devemos pensar na ruptura dos laços contratuais pautados na assinatura da carteira de trabalho, já que essa, sinaliza, simbolicamente, um acordo realizado entre empregado e empregador, e legítima, discursos confusos como o relatado por uma das sacoleiras. A longo prazo, devemos pensar na superação deste modo de produção que se estrutura pela exploração e na precarização do trabalho, desregulamentando e alienando a classe-que-vive-do-trabalho, ainda que este seja um grande desafio.

Manifestamos por fim, a aspiração por mudança no mundo do trabalho. Mudanças essas que deve, ao nosso entendimento, ocorrer por vias insurgentes, isso é, através da luta das classes trabalhadoras.

## REFERÊNCIAS

- ABIT** - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. Disponível em: <http://www.abit.org.br/cont/dados-economia>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- ALVES, Maria Aparecida. TAVARES, Maria Augusta. **A dupla face da informalidade do trabalho: 'autonomia' ou precarização**. (in) ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006. P. 425-444.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.
- ARAÚJO, Noália Magna. **O trabalho das mulheres "sacoleiras": modos de trabalhar na informalidade**. Dissertação (mestrado). Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2015.
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/relatorio-anual/relatorio-anual-2016/>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.
- CARLOS, A. F. A. **A Cidade e as Formas do Comércio**. In Novos Caminhos da Geografia. Org: Ana Fani Carlos, São Paulo: Contexto, 1999.
- COUTINHO, Aldacy Rachid. **Globalização e direito do trabalho**. Direito e Democracia, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 163-176, 2000.
- COUTINHO, Aldacy Rachid. **Trabalho e pena**. Revista de Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 32, p. 7-24, 1999.
- DIDIONÁRIO MICHAELIS**. Sacoleiro. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=neYe1>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.
- FIPEME** - Programa de financiamento à pequena e média empresa. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/12194/1/Fundos%20Especiais%20do%20BNDE.pdf>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editora Estampa, 1977.
- GHIZZO, M. R. **A Mobilidade do Consumo na Cidade de Maringá: o ensaio de uma noção**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, PGE, Maringá, 2006.
- GHIZZO, Márcio Roberto; ASALIN, Gilmar Aparecido. **A Centralidade dos Shoppings de Confecções em Maringá-PR**. Revista Observatorium, v. 3, p. 57-78, 2012.
- HARVEY, David. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Editora Loyola: 1992.
- HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Seventeen contradictions and the end of capitalism**. Londres: Nova York: Editora Profile Books, 2014.

HARVEY, David. **The ways of the World**. Nova York: Editora Profile Books, 2016.

HIRATA, Helena. **Globalização, trabalho e gênero**. São Paulo: R. Pol. Públ. v. 9, n. 1, p.111-128, jul./dez. 2005

<http://sindvestmaringa.com.br/site/>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil em Síntese: Trabalho. 2017. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho.html>. Acesso em: 08 de maio de 2017.

JINKINGS, Isabella; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I. São Paulo: Editora Boitempo, 2006. P. 337-386.

LIMA, F. **Nas trilhas da exploração da força de trabalho: uma análise a partir da cadeia têxtil de produção no Noroeste do estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos: Primeiro Manuscrito**. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O capital** – Volume I. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital** – Volume III. São Paulo: Editora Boitempo, 2017[1975].

MONTEIRO FILHA, D. C. M.; CORRÊA, A. **Complexo têxtil**. 2002, p. 28 a p. 32.

**OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES**. Metrodata, IPPUR/UFRJ, [www.observatorio.dasmetropololis.com.br](http://www.observatorio.dasmetropololis.com.br), disponível em outubro de 2014.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

PINTAUDI, S. M. **A Cidade e as Formas do Comércio**. In Novos Caminhos da Geografia. Org: Ana Fani Carlos, São Paulo: Contexto, 1999.

PINTAUDI, S. M. **O Shopping Center no Brasil: Condições de Surgimento e Estratégias de Localização**. In: Shopping Centers: Espaço, Cultura e Modernidade nas Cidades Brasileiras. Org: Silvana M. Pintaudi e Heitor Frúgoli Jr. – São Paulo: Editora Unesp, 1992.

POLANYI, Karl. **The great transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Editora Beacon Press, 1989[1944].

PRANDI, R. **O Trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

Profile, 2014.

SEBRAE. **Têxtil e Confecções**. Brasília, <http://www.com.br/setor/têxtil-econfeccoes>. Disponível em 03/08/13. Setor prevê crescimento de 30% no segundo semestre.

**SINVEST** – Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 2000.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Por uma geografia do trabalho! (reflexões preliminares)**. Revista Tamoios, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 38-51, 2005.